

# A COLETA SELETIVA COMO ESTRATÉGIA DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NAS CIDADES: A EXPERIÊNCIA DE BRAGANÇA/PA

---

*Edane de Jesus França Acioli<sup>1</sup>*

*Ocimar Marcelo Souza de Carvalho<sup>2</sup>*

*Paulo Fortes Neto<sup>3</sup>*

## *Resumo*

O artigo trata sobre o desenvolvimento do trabalho do catador e sua atual inserção nas cidades através da coleta seletiva dos materiais recicláveis, sendo esta última vista como uma opção técnica de mitigação dos efeitos da geração dos resíduos sólidos nos centros urbanos. O objetivo é analisar o processo de territorialização espacial do catador nas cidades, processo possibilitado pela aprovação de legislação específica ocorrida na primeira década do século XXI, no Brasil. Este conjunto de leis permitiu avanços na prática da coleta seletiva e da reciclagem com inclusão dos catadores de materiais recicláveis no gerenciamento municipal dos resíduos sólidos. Partiu-se de um estudo de caso realizado com a cooperativa de catadores (Coomarca) na cidade de Bragança, no Estado do Pará, região Norte do Brasil. Para tanto, discutiu-se a noção de território e de territorialização dos catadores através da coleta seletiva nas cidades. Através de mapeamento das rotas da coleta, obteve-se a identificação dos locais de realização da coleta seletiva pela cooperativa, contribuindo assim

---

1 Doutoranda em Gestão do Território pela Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle/Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine – IHEAL em cotutela com a Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Mestra em Sociedades Latino-Americanas pela Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle. Correio eletrônico: edane.acioli@instituto3ramazonia.com

2 Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté, graduado em História pela Universidade Federal do Pará. Correio eletrônico: ocimarcelo@gmail.com

3 Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-USP, mestre em Microbiologia Agrícola e do Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté Unitaú. Correio eletrônico: paulofortes.neto@gmail.com

para nossa análise sobre o processo de espacialização e de territorialização dos catadores na cidade de Bragança, mensurando o alcance do serviço de coleta seletiva de materiais recicláveis na cidade.

**Palavras-chave:** Coleta seletiva. Catadores de Materiais Recicláveis. Território. Bragança.

### *Resumen*

El artículo trata sobre el desarrollo del trabajo del catador de basura y su actual inserción en las ciudades a través de la recogida selectiva de los materiales reciclables, siendo esta última vista como una opción técnica de mitigación de los efectos de la generación de los residuos sólidos en los centros urbanos. El objetivo es analizar el proceso de territorialización espacial del catador en las ciudades, proceso posibilitado por la aprobación de legislación específica ocurrida en la primera década del siglo XXI, en Brasil. Este conjunto de leyes permitió avances en la práctica de la recogida selectiva y de la reciclaje con inclusión de los catadores de materiales reciclables en la gerencia municipal de los residuos sólidos. Se partió de un estudio de caso realizado con la cooperativa de catadores (Coomarca) en la ciudad de Bragança, en el estado de Pará, región Norte de Brasil. Para tanto, se discutió la noción de territorio y territorialización de los catadores a través de la recogida selectiva en las ciudades. A través de mapeamento de las rutas de la recogida, se obtuvo la identificación de los locales de la recogida selectiva por la cooperativa, contribuyendo así para nuestro análisis sobre el proceso de espacialización y de territorialización de los catadores en la ciudad de Bragança, calculando el alcance del servicio de recogida selectiva de materiales reciclables en la ciudad.

**Palabras Clave:** Recogida selectiva. Catadores de Materiales Reciclables. Território. Bragança.

## INTRODUÇÃO

O estilo de vida dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento (no final do século XX e início do XXI), de cultura ocidental, orientados por uma convergência de valores e desejos de consumo, principalmente de bens de reduzido ciclo de vida, trouxe como consequência o aumento da geração de resíduos

sólidos no planeta (Baumam, 2008; Leff, 2009). E esse aumento tornou-se uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea: como avançar no seu tratamento sustentável, definindo um modelo de gestão, capaz de mitigar os efeitos dos resíduos no meio ambiente? Desde uma pequena cidade até as metrópoles, respeitando suas escalas de abrangência, a preocupação é a mesma: a busca por métodos, técnicas e instrumentos de controle na geração e no gerenciamento desses resíduos.

Uma das respostas que tem se consolidado é a solução através da prática dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). O primeiro R é o da redução, que significa reduzir o consumo de bens e optar por bens de baixa geração de resíduos; o segundo R é o da reutilização, onde a sociedade, de forma geral, pode aproveitar bens diversos, prolongando o uso ou dando uma segunda vida útil aos produtos; e o terceiro R é o da reciclagem, no qual os resíduos transformam-se em insumos para a confecção de novos produtos (matérias-primas para a indústria). A reciclagem propicia um novo ciclo econômico; os resíduos deixam de impactar o meio ambiente e transformam-se em novos produtos.

Para se potencializar a prática da reciclagem, é necessário o conhecimento, a adoção de boas práticas de gestão pública e o comprometimento da sociedade em geral. No Brasil, tem-se destacado a opção pela coleta seletiva de materiais recicláveis e as principais experiências no país são executadas com a participação de associações e cooperativas de catadores.

A legislação brasileira dos últimos dez anos vem apresentando significativos avanços e estímulos para a prática da coleta seletiva e da reciclagem, na perspectiva de inclusão dos catadores de materiais recicláveis no gerenciamento municipal dos resíduos sólidos, merecendo destaque a PNRS (Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei n. 12.305 de 2/8/2010).

Essa política também estabeleceu como meta o fim dos lixões em todo o território nacional até 2014, processo que provocará uma mudança na vida e no trabalho de milhares de catadores, qual seja: a mudança de seu território. Durante muitos anos, os catadores têm encontrado nos lixões a sua fonte de trabalho e sobrevivência, territorializando-se nesse espaço. O poder público municipal, responsável pela gestão dos resíduos sólidos e os próprios catadores precisam dialogar e criar estratégias para a sua inserção na cidade (novo território), direito já assegurado na PNRS, mas à espera de concretização nas diversas cidades brasileiras.

Nesse artigo, serão abordados temas relacionados ao desenvolvimento do trabalho do catador e sua atual inserção nas cidades, através da coleta seletiva dos materiais recicláveis. A pesquisa se baseia em um estudo de caso, realizado

na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis dos Caeté (Coomarca), da cidade de Bragança, no estado do Pará, região Norte do Brasil. O principal objetivo é analisar o processo de territorialização espacial dos catadores da cooperativa e sua conquista por reconhecimento profissional na cidade; para tanto, apresentaremos o estudo realizado em Bragança onde uma cooperativa de catadores desenvolve esse processo.

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas. A primeira consistiu em levantamento de dados por meio de observação direta, na Coomarca, onde foram coletadas informações sobre a organização do trabalho da cooperativa, a forma como era executada a coleta seletiva, o número de catadores cooperados e a divisão das tarefas, além da identificação da infraestrutura existente. A segunda dedicou-se à pesquisa documental, acompanhada de entrevistas focais com cooperados, instituições não governamentais de apoio ao trabalho dos catadores em Bragança, como a Igreja Católica e a Cáritas Diocesana e funcionários da Prefeitura Municipal de Bragança, objetivando compreender as articulações que possibilitam o funcionamento da Cooperativa e sua inserção na cidade.

A terceira etapa consistiu no georreferenciamento das rotas da coleta seletiva realizada com o caminhão da Coomarca, utilizando-se como ferramenta o GPS Garmin, configurado no sistema de coordenadas Lat/Long, em formato decimal *degree* e Datum horizontal WGS 84. Em seguida, utilizou-se uma imagem de satélite Spot para a confecção do mapa das rotas, com resolução espacial de 2m, do ano de 2008, a partir da Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital (Bcimd) do IBGE, com escala de 1:1.000.000. Os dados foram tratados por meio do *software* SIG Arcgis, versão 9.3. Esse mapeamento permitiu identificar os locais onde a cooperativa realiza coleta seletiva na cidade de Bragança, contribuindo assim para nossa análise sobre o processo de espacialização e de territorialização dos catadores nessa cidade, através da coleta seletiva de materiais recicláveis.

A pesquisa bibliográfica realizada sobre os conceitos de território, territorialização e coleta seletiva, principalmente, contribuiu sobremaneira para as análises dos resultados de campo e para ampliar a reflexão sobre o trabalho dos catadores nas cidades brasileiras.

## A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CATADORES EM LIXÕES NO BRASIL

Em alguns momentos históricos, os catadores de lixo foram confundidos com animais e rejeitos humanos, que coletam restos para sobreviver, geralmen-

te nas ruas das grandes cidades. Personagens marcados por desafios estruturais, sociais e ambientais. Catar lixo se transformou em trabalho degradante, associado ao problema das latas de lixo viradas e sacolas rasgadas com o lixo espalhado pelo chão, atraindo insetos e roedores, vetores de diversas doenças, provocando problemas de saúde e higiene urbana.

Na segunda metade do século XX, os catadores se transformaram em problema social para governo e sociedade, começando a entrar na cena nacional dos grandes debates sobre a exclusão social urbana no país. O catador de rua que abre sacolas à procura de restos de comida e utensílios de valor, aos poucos foi atraído pelo e para o lixão, local onde encontrara abundância de materiais, passando a trabalhar e viver neste território, tendo esse espaço enquanto lugar de produção econômica e de reprodução social, ainda que o mesmo seja vulnerável e insalubre, transformando-se em catador do lixão.

No momento em que os catadores foram entrando nos lixões, eles também foram saindo da cidade; esse movimento nunca foi finito nem absoluto, mas perceptível, começou lentamente na década de 70 do século passado, com o crescimento dos lixões a partir da emergência e ampliação das primeiras metrópoles brasileiras e, conseqüentemente, do aumento da produção dos resíduos sólidos urbanos (Acioli, 2011).

O lixão entendido como espaço que contém o recurso (matéria-prima) para os catadores, tornou-se atrativo; não apenas pelo recurso, mas pela liberdade de atuação, pelo encontro com outros catadores, pela não discriminação no trabalho realizado, pois todos pareciam iguais, assim a identificação era compartilhada (mesmo sem identificação precisa e perceptível entre os catadores). O lixão foi se transformando no espaço dos catadores, códigos e normas sociais foram sendo reelaborados e recodificados para uso no local (Martins, 2007), ressitando os catadores em um microespaço em torno dos quais eles se agregaram na defesa (mesmo simbólica e sem pretensões mais elaboradas) de suas especificidades sociais. É importante reforçar que esses códigos criados (espontaneamente) não são aceitos socialmente, mas valem para as relações nesse território específico.

No contexto da exclusão social, os catadores encontraram no lixão um território de sobrevivência, apesar da vulnerabilidade social e da insalubridade do trabalho vividas por esses indivíduos.

Alguns autores ao tratarem sobre o caráter simbólico do território associado à questão da exclusão social afirmam que o mesmo é apreendido como território de coesão. Por exemplo, essa questão é tratada por Rogério Haesbaert (2004), onde o mesmo afirma que:

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba, em vários momentos, tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados, visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (Haesbaert, 2004, p. 92).

Para o autor acima, pode existir uma tendência a que excluídos se agrupem em busca de “preservar a identidade” do grupo e em torno de ideologias. No caso dos catadores essa tendência não se aplica, pois quando os catadores se territorializam no lixão, não é por acreditarem em ideologias similares, muito menos pela luta por preservação de identidade. A ida para o lixão, em nosso entendimento, está associada sim à busca por um refúgio da exclusão vivida na cidade, além de ser o lugar de onde se tira o sustento da família.

Para Haesbaert (2004), alguns indivíduos consideram o território como uma área-abrigo e fonte de recurso. Podemos considerar o lixão, para a realidade dos catadores, como o território que apresenta esses dois elementos; é uma fonte de recurso e é um espaço de abrigo, pois os resíduos sólidos recicláveis recuperados no lixão representam a fonte de recurso financeiro para os catadores, e o lugar-lixão se corporificou em espaço de abrigo, comunhão, encontro coletivo e mesmo em moradia para alguns. O geógrafo Milton Santos (2000), ao tratar da noção de território, apresenta-o em uma perspectiva integradora e em constante movimento; o autor defende a noção de território usado, pois, para ele:

O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2000, p. 96).

A concepção de “território usado” de Santos é pertinente para formulação de nossa compreensão de território-lixão, este sendo a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e da vida para muitos catadores. Enquanto base do trabalho é o lugar no qual exercem, continuamente, uma rotina produtiva, onde os catadores começam o dia levando para o lixão seus equipamentos de trabalho<sup>4</sup>

4 Além desses equipamentos, a maioria dos catadores vão para a jornada de trabalho no lixão usando apenas botas e meias longas, camisas de manga longa, bonés e luvas.

(ancinhos<sup>5</sup>, *bags*<sup>6</sup>, carroças, cavalos), executam também atividades consecutivas e repetitivas. Aguardam o lixo ser despejado do caminhão, aglutinam-se próximo aos resíduos que estão sendo despejados, puxam com os ancinhos a maior quantidade de sacolas de lixo que puderem guardá-las perto de si; em seguida, rasgam as sacolas com ajuda dos ancinhos e fazem uma breve pré-seleção do material reciclável de maior valor econômico, deixando o resto no local; colocam esse material pré-selecionado em *bags* (Figura 1) e aguardam até o final da jornada de trabalho, quando refazem a seleção dos materiais, melhorando a triagem para a venda, separando-os conforme os tipos para agregar valor ao produto (Figura 2). Outros, ainda, levam os materiais para as suas casas, onde podem guardá-los por mais alguns dias, refazendo e melhorando a triagem, até atingirem uma quantidade maior que possa ser melhor negociada no mercado local.

Figura 1 – Material reciclável armazenado em *bags* pelos catadores no lixão de Bragança



Fonte: Arquivo Cáritas Norte II, Projeto Cataforte, out./2010.

- 5 Ancinho, ferramenta usada pelos catadores, parecida com um anzol com a ponta bem afiada e que pode ser acoplado a uma vara de madeira ou diretamente segurado pela mão do catador, servindo para puxar os sacos de lixo que acabam de ser jogados dos caminhões, usado também para furar os sacos e fazer uma breve seleção do material reciclável de maior valor econômico.
- 6 São embalagens resistentes, conhecidos por *big bags*, que suportam o peso de uma tonelada de material.

Figura 2 – Transporte de material reciclável armazenado em *bags* pelos catadores no lixão de Bragança



Fonte: Arquivo Cáritas Norte II, Projeto Cataforte, out./2010.

O território-lixão, como base de moradia, é uma realidade vivida na maioria das cidades brasileiras; várias casas foram construídas nas proximidades e até dentro dos lixões; barracos improvisados, alguns cobertos de lona, montados com restos de madeira, plástico, placas de alumínio e outros utensílios encontrados no lixo, foram “casas nascidas mais da necessidade que da engenharia; [...] são vidas que parecem provisórias, mas que são as mesmas que se improvisam sempre e um pouco mais a cada dia”<sup>7</sup>.

E a despeito de qualquer convenção social, o território-lixão é também o espaço das trocas materiais e espirituais e da vida para muitos catadores das cidades brasileiras.

A permanência de um grupo de indivíduos, em um determinado lugar, está diretamente ligada à forma de ocupação desse lugar. Cada catador interfere sobre o espaço e seus recursos diretamente, através de seu modo de utilização e com certa autonomia e liberdade em suas atividades produtivas, dentro do território-lixão. Exercendo, desta forma, um controle de ação direta em seu “espaço de ação”, mas também, um controle indireto, em termos de ações cole-

7 Trecho da música “Metrópole”, autoria de Clei de Souza, lançada pelo grupo musical *Coisa de Ninguém*, álbum *Quase*, gravadora independente: Belém, 2003.

tivas e amplas, tais como os acordos espontâneos e de cooperação de trabalho estabelecidos no lugar que servem para organizar o trabalho e a ação nesse lugar (Martins, 2007).

Os catadores são os atores em destaque no cotidiano dos lixões e conseguiram montar estratégias de sobrevivência e de organização social, nem sempre pacíficas. O território-lixão também registra conflitos similares às demais concentrações periféricas das cidades brasileiras, nas quais prevalece a pobreza.

O conceito de território, desenvolvido nesse trabalho, serve para analisar a espacialização do catador em diversos espaços (cidade, lixão, rua, centro de triagem, cooperativa), quando se fala em território-lixão é com o objetivo de descrever o espaço de vida e de trabalho de milhares de catadores no Brasil. Além de servir para a compreensão sobre os catadores que manifestam disposição para permanecerem no lixão. Já que do ponto de vista da gestão e da saúde pública, o local é insalubre e prejudicial ao trabalho do catador e ao meio ambiente, portanto, deveriam sair sem contestação. No entanto, não é o que ocorre, pois existem laços de identidade e de pertencimento dos catadores com o local; laços que foram estabelecidos ao longo de décadas e que precisam ser considerados pelos gestores quando da elaboração de políticas públicas, voltadas à área em questão.

#### A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CATADORES DOS LIXÕES

Os primeiros grupos organizados de catadores no Brasil surgiram no final dos anos 1980 com a criação das primeiras associações e cooperativas de catadores, nos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Esses grupos tiveram apoio de entidades ligadas à Igreja Católica que desenvolveram um papel importante no processo sócio-organizacional dessa categoria (Dias e Oliveira, 2010).

Um dos principais avanços na sua organização foi a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Em 1999, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel. Dois anos mais tarde, em Brasília (DF), em junho de 2001, realizou-se o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, reunindo aproximadamente 1.700 representantes, no qual foi constituído oficialmente o MNCR. Durante o evento, foi elaborada a Carta de Brasília, um documento reivindicatório dos catadores que, posteriormente, foi entregue ao presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das principais reivindicações era a criação de uma política direcionada para a implantação da coleta seletiva,

nos municípios, com a participação direta dos catadores na gestão dos resíduos (Grimberg, 2007).

Aos poucos os grupos de catadores organizados se fortaleceram e ampliaram seu trabalho fora dos lixões. A principal bandeira de luta do movimento é a inclusão socioeconômica do catador em programas municipais de coleta seletiva e o reconhecimento profissional da categoria. Como reflexo de sua luta, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, enquanto categoria profissional. O Movimento dos Catadores experimentou relativa expansão, a partir de 2003, com o I Congresso Latino-Americano de Catadores, que reuniu representantes de diversos países da América Latina na cidade de Caxias do Sul (RS).

A luta dos catadores por seu reconhecimento social, profissional e político obteve algum êxito na primeira década deste século, resultando na criação de diversas políticas públicas no âmbito do governo federal. Como veremos a seguir, o contexto de mobilização e de articulação do MNCR e sua interlocução com o governo possibilitou, dentre outros, a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), em setembro de 2003.

No mesmo sentido, em 2006, o Decreto n. 5.940 de 25 de outubro, instituiu a obrigatoriedade da coleta seletiva nos órgãos públicos federais com destinação dos recicláveis para os catadores. Esse decreto foi estratégico para o MNCR, na medida em que possibilitava o acesso aos materiais e sensibilizava uma camada da população para a adoção da coleta seletiva.

Como reforço, em 5 de janeiro de 2007, foi lançada a Lei n. 11.445 que estabeleceu a permissão da contratação de cooperativas de catadores pelo poder público municipal com dispensa de licitação para a coleta de resíduos sólidos recicláveis nos municípios. Essa lei é entendida como um avanço das políticas públicas para a categoria dos catadores, pois possibilitaria a oportunidade de trabalho para as cooperativas e associações dos catadores. Vários municípios brasileiros efetivaram a contratação de grupos de catadores, a exemplo dos municípios do estado de São Paulo: Araraquara (2008), Orlandia (2009), Assis (2010) e Ourinhos (2010); no estado do Paraná, destaca-se o município de Londrina (2011); no Rio Grande do Sul, Gravataí (2009) e no Rio Grande do Norte, Natal (2011). As experiências são recentes e os resultados ainda aguardam pesquisas específicas que analisem e interpretem seus impactos tanto para os catadores quanto do ponto de vista da gestão dos resíduos sólidos nestas cidades.

O momento mais expressivo na luta dos catadores, sem dúvida veio em agosto de 2010, com a sanção da Lei n. 12.305 que instituiu a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), a qual estabeleceu “as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos”. A lei teve longa tramitação no Congresso Nacional; durante vinte anos de debates no parlamento, o Brasil permanecia sem legislação que disciplinasse a gestão de resíduos sólidos e a própria cadeia produtiva da reciclagem, incluindo-se aí obviamente, o trabalho dos catadores. Diversos autores criticavam a ausência de legislação e regulamentação dessa área, entre eles Calderoni (2003), Fiori e Tabalipa (2006), Pereira (2008).

Na PNRS a palavra “catadores” aparece onze vezes, sendo em dez situações diferentes, que expressam deliberadamente a inserção desta categoria, definindo as responsabilidades do poder público e dos grandes geradores com relação à atuação dos catadores.

O arcabouço jurídico-institucional supracitado foi o responsável pela articulação de políticas de inserção social e econômica dos catadores. Sua intencionalidade é no sentido de tirar o catador de dentro do lixão e o incluir em programas produtivos e sociais. A PNRS estabeleceu que, até 2014, todos os lixões deverão ser extintos, assim ocorrerá a materialização do processo de trocas de território, o catador sairá do lixão e deverá ser territorializado na cidade, pelo menos em tese.

Uma das possibilidades de territorialização dos catadores nas cidades é a coleta seletiva dos materiais passíveis de serem reutilizáveis e recicláveis, visto que, os catadores ao longo de décadas acumularam experiências nas atividades de coleta e triagem de diversos tipos de materiais, portanto, a incorporação desta mão de obra especializada dentro dos sistemas municipais de gestão dos resíduos sólidos, principalmente na coleta seletiva, poderá ser um instrumento de territorialização dos catadores e de manutenção da sua profissão e de sua identidade.

#### A COLETA SELETIVA COMO ESTRATÉGIA DE TERRITORIALIZAÇÃO NAS CIDADES

O principal instrumento que poderá convergir para a territorialização dos catadores é a legislação pertinente ao tema, com destaque para a PNRS, que no seu bojo pretende disciplinar a geração e a destinação de forma adequada dos resíduos sólidos, elencando como solução técnica a coleta seletiva e a reciclagem, assegurando a participação efetiva das cooperativas de catadores.

Na PNRS, no Capítulo II, Art. 3º, a coleta seletiva é definida como a coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição. É um sistema de recolhimento de materiais, como papéis, vidros, plásticos e metais com objetivo de reutilização ou reciclagem.

A coleta seletiva com inclusão dos catadores tem vantagens econômicas, sociais e ambientais para diversos atores da sociedade. As experiências mostram que há benefícios econômicos (geração de renda às famílias dos catadores), benefícios ambientais (reciclagem, economia dos recursos naturais, de energia elétrica etc.) e benefício social (cidadania para pessoas que sempre foram excluídas) (Ribeiro *et al*, 2009).

A primeira experiência com a coleta seletiva no Brasil ocorreu na cidade de Niterói no estado do Rio de Janeiro, na década de 80 do século passado. O responsável pela experiência foi o professor Emílio Eigenheer, que na época atuava na secretaria de saúde da prefeitura de Niterói. Ele argumentava que a questão do lixo urbano era associada ao estigma da morte, algo velho, inútil, mas que poderia ser transformado e conquistar uma nova vida (Eigenheer, 2003).

O manual intitulado Elementos para a Organização da Coleta Seletiva e Projetos de Galpões de Triagens, editado em 2008, pelo Ministério das Cidades, estabeleceu uma comparação entre iniciativas filantrópicas e soluções planejadas de apoio à coleta seletiva e às cooperativas de catadores. Afirma que a ação filantrópica, baseada em condição de improvisação e de precariedade de alguns programas de coleta seletiva, gerara resultados parciais e são experiências marcadas por contínuas desistências, tanto da população quanto dos catadores envolvidos. As ações planejadas tencionam promover uma mudança neste cenário, é a tentativa de torná-los perenes e eficientes. Ainda segundo o Manual, é indispensável estruturar programas de coleta seletiva, de forma que possam ser sustentáveis e que não sofram interrupções por mudanças nas administrações municipais; trata-se de criar políticas públicas de Estado e não de governo (Ministério das Cidades, 2008).

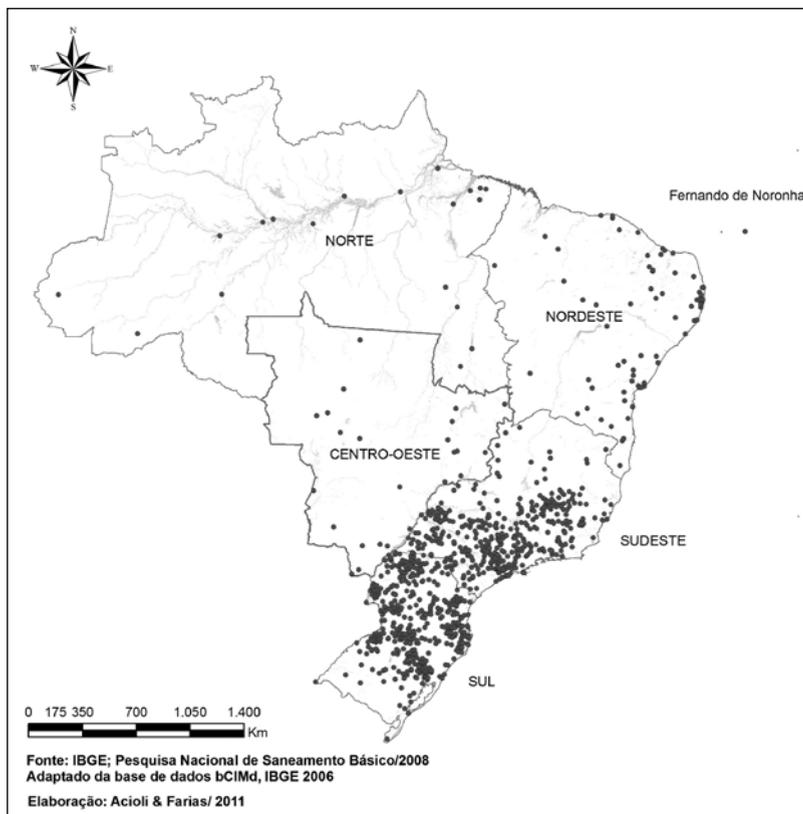
A coleta seletiva, dentro de um sistema integrado de gestão, com ações planejadas e articuladas, pode representar ganhos não apenas para os catadores, mas para a sociedade e o meio ambiente. Diferentemente do que ocorre com a destinação tradicional de resíduos, disposição em aterro ou lixão, no qual os recicláveis são desperdiçados, a implantação da coleta seletiva cria um fluxo de recursos na economia local, pois os produtos coletados são comercializados e os ganhos dos catadores transformam-se em consumo no comércio local. Em outras palavras: os rendimentos dos catadores envolvidos na operação, que se

transformam em consumo local, oportunizam a geração adicional de tributos, derivados desse aumento de consumo (Ministério das Cidades, 2008).

No Brasil, a coleta seletiva foi implantada somente em 443 municípios brasileiros, o que representa somente 8% do total de municípios existentes no país (Cempre, 2010). A mesma pesquisa constata que cerca de 22 milhões de brasileiros têm acesso a programas municipais de coleta seletiva; porém, apesar de ter aumentado em relação aos anos anteriores, na maior parte das cidades, a coleta seletiva não cobre mais que 10% da população local.

A Figura 3 apresenta a distribuição geográfica dos municípios brasileiros com coleta seletiva. Pode-se observar que na região Norte do país e, especialmente no Pará, são poucos municípios que contam com o serviço de coleta seletiva. Verifica-se que a concentração está nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Figura 3 – Distribuição dos municípios brasileiros atendidos pelos serviços de coleta seletiva



Outro dado da pesquisa, na perspectiva da inclusão dos catadores, é que cresce a cada ano o apoio às cooperativas de catadores como parte integrante da coleta seletiva municipal (74%) e mais da metade (62%) apoia ou mantém cooperativas de catadores como agentes executores da coleta seletiva municipal, sendo que os apoios mais comuns são: equipamentos, galpão de triagem, pagamento de gastos com água e energia elétrica, caminhões, capacitações e auxílio na divulgação e educação ambiental (Cempre, 2010).

Analisando essa pesquisa, conclui-se que os catadores não recebem remuneração pelo serviço prestado, e sim, obtêm ganhos ou incentivos indiretos em forma de equipamentos ou insumos. Outras constatações são a baixa eficiência dos programas de coleta seletiva, a concentração nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e ainda, sua limitada abrangência em cada cidade.

O processo de desterritorialização dos lixões e reterritorialização nas cidades, através da coleta seletiva processou melhorias nas condições de trabalho e de infraestrutura (equipamentos, centros de triagem, caminhões etc.) para os catadores, porém não refletiu ainda no aumento significativo da renda dos mesmos. Pois, a renda média dos catadores organizados em cooperativas e/ou associações, que trabalham na coleta seletiva nas cidades, não atinge ao salário mínimo (R\$ 622,00), alcançando entre R\$ 420,00 a R\$ 520,00 (Ipea, 2012).

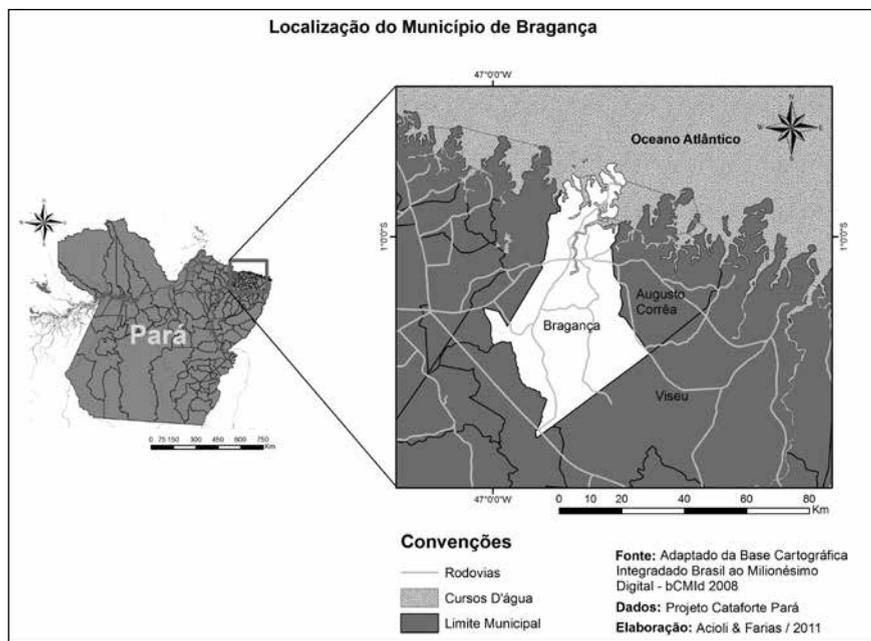
#### A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS CATADORES NA CIDADE ATRAVÉS DA COLETA SELETIVA: O CASO DE BRAGANÇA/ PA

O município de Bragança está distante 210 km da capital do estado do Pará, Belém; faz limite ao norte com o Oceano Atlântico; possui 2.091,919 Km<sup>2</sup> de extensão territorial e registrou uma população de 113.227 habitantes em 2010, com uma densidade populacional de 54,13 hab/Km<sup>2</sup> e cerca de 60% dos habitantes deste município residem em área urbana (Figura 4).

Bragança é uma cidade de colonização antiga, sua formação histórica data por volta de 1613, na marcha em direção à conquista do território amazônico. Atualmente a cidade é um polo pesqueiro regional e a indústria da pesca se expandiu gradativamente, sendo a base de sua economia.

No município, um grupo de catadores que exerciam sua atividade no território-lixão, conhecido como lixão do Marrocos, iniciou um processo de organização que culminou na criação de uma cooperativa e na organização da coleta seletiva dos materiais recicláveis na cidade. A cooperativa está localizada na Rodovia Dom Elizeu, Km 1, no bairro do Alto Paraíso.

Figura 4 – Mapa de localização do município de Bragança



Esta cooperativa iniciou suas atividades no dia 13 de junho de 2007, ocasião em que sua sede era apenas um barraco de madeira onde os catadores realizavam a separação dos materiais. Em dezembro de 2010, foi realizada a Assembleia Geral para formalizar a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis dos Caetés (Coomarca), aprovar seu estatuto e eleger os membros da diretoria. A ata da assembleia geral foi assinada por 35 cooperados. Nesta ocasião, a cooperativa já possuía uma edificação, duas prensas, um caminhão, balanças e outros equipamentos de trabalho. Também houve a construção de casas destinadas à moradia de alguns catadores cooperados, processo que exemplifica a troca de territórios.

Aos poucos, os catadores da cooperativa começaram a se inserir na cidade de Bragança, executando a coleta seletiva em alguns bairros, em uma estratégia para conseguir o material reciclável fora do lixão do Marrocos.

No período 2009 e 2010, a coleta seletiva inicialmente era realizada de forma espontânea pelos catadores da Coomarca, não havia participação, nem apoio do poder público, além de o serviço não ser reconhecido pela administração municipal.

Os catadores da cooperativa faziam a coleta seletiva utilizando o “reciclomóvel” (espécie de bicicleta com um pequeno contêiner adaptado na parte frontal do veículo), conforme mostrado na Figura 5.

Figura 5 – Reciclomóvel, veículo inicialmente utilizado pelos catadores para a realização da coleta seletiva



Fonte: Arquivo Cáritas de Bragança, 2009.

Os moradores da cidade de Bragança também colaboravam com o trabalho da cooperativa; alguns comerciantes separavam os materiais e disponibilizavam para os catadores. Outros entregavam o material na sede da Coomarca.

Em dezembro de 2010, a cooperativa recebeu, através de um projeto, a doação de um caminhão do governo do estado do Pará (Figura 6). No início do ano seguinte, a prefeitura municipal de Bragança reconhece o trabalho dos catadores e assina um convênio com a cooperativa. Este estabelecia regras e normatizava o serviço de coleta seletiva no município com a participação dos catadores. Assim, durante o ano de 2011, a coleta deixou de ser uma ação isolada da cooperativa e passou a integrar a gestão municipal dos resíduos sólidos. Sendo reflexo, tanto da mobilização dos catadores, quanto da aprovação da PNRS.

Figura 6 – Veículo utilizado pelos catadores para a realização da coleta seletiva



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Entre as obrigações da prefeitura, constavam no documento: ceder um caminhão; pagar o consumo de energia elétrica da sede da cooperativa; fornecer 150 litros de combustível (óleo diesel) por mês; e ceder um funcionário (motorista) para o caminhão. A coleta seletiva continuou sendo executada exclusivamente pela Coomarca; saía de cena o reciclomóvel e os catadores passaram a utilizar a coleta mecanizada com dois caminhões.

A cooperativa desenvolveu uma estratégia de divulgação do seu trabalho e de inserção na cidade através da instalação nos caminhões de um pequeno sistema de som, pelo qual são veiculadas mensagens sobre a necessidade da separação dos resíduos sólidos e sua destinação para a coleta. Os objetivos foram estabelecer diálogo com os moradores sobre a importância da coleta seletiva e receber adesão da comunidade. Também foi composto um *jingle*:

Tá passando a coleta,  
A coleta seletiva chegou,  
Nosso bairro mudou,  
Para reciclar o lixo limpo que você juntou  
É só separar que a gente veio coletar  
Se você cooperar todo mundo vai ganhar

A coleta seletiva ajuda a melhorar a qualidade de vida  
Adote esta ideia, vamos reciclar  
É só a gente unida  
Para melhorar

A letra reforça o conteúdo da mensagem e tornou-se popular entre os moradores de Bragança, pois era executada quase cotidianamente na rádio local e no sistema de som do caminhão. A música alertava para a chegada do serviço no bairro e conclamava a população a separar seus resíduos e destinar para a cooperativa, afirmando que “a coleta seletiva ajuda a melhorar a qualidade de vida”.

### *Coleta seletiva: a experiência da Coomarca*

A territorialização dos catadores nas cidades não representa apenas uma mudança de local de trabalho, implica necessariamente em mudanças na forma de trabalhar, no caso específico, de conseguir o material reciclável. Retomando o conceito de território-usado de Milton Santos, compreende-se que os catadores reconstróem suas relações sociais, emergem novas representações identitárias, posto que na cidade, diferente do que ocorre no lixão, os catadores não vivem ou convivem apenas com seus iguais. Como o território é um movimento, uma ação construída cotidianamente, que forja relações complexas entre processos sociais e espaço material, no território-cidade, esse processo de apropriação faz emergir um novo papel social desempenhado pelo catador, talvez o de agente ambiental.

A pesquisa de campo revelou a experiência da Coomarca na coleta seletiva, descrita a seguir:

#### **a) Coleta com o caminhão porta a porta**

Este procedimento consiste na coleta dos materiais recicláveis nas residências e comércios, trata-se da mesma forma utilizada na coleta regular dos resíduos domésticos. O caminhão circula pelas ruas da cidade e recolhe os materiais recicláveis deixados pela população em frente às suas residências ou comércios. De acordo com a pesquisa realizada pelo Cempre, 78% dos municípios brasileiros que executam a coleta seletiva adotam este procedimento (Cempre /Ciclossoft, 2010).

#### **b) Coleta com a utilização de Pontos de Entrega Voluntária (PEV)**

A cooperativa recebeu a doação de 50 contêineres com capacidade de 240 litros. Estes foram dispostos em 46 locais (Figura 7) estratégicos da cidade, como: supermercados, lanchonetes, padarias, residências, oficinas mecânicas,

lava-jatos e pequenos residenciais. A pesquisa do Cempre revelou que 44% dos municípios brasileiros adotam esta metodologia de coleta seletiva (Cempre / Ciclossoft, 2010).

#### OPERACIONALIZAÇÃO DA COLETA COM O CAMINHÃO PORTA A PORTA

A pesquisa de campo objetivou conhecer e diagnosticar as formas de execução da coleta seletiva pelos catadores da Coomarca, a fim de perceber sua inserção no território-cidade e a área de cobertura do serviço.

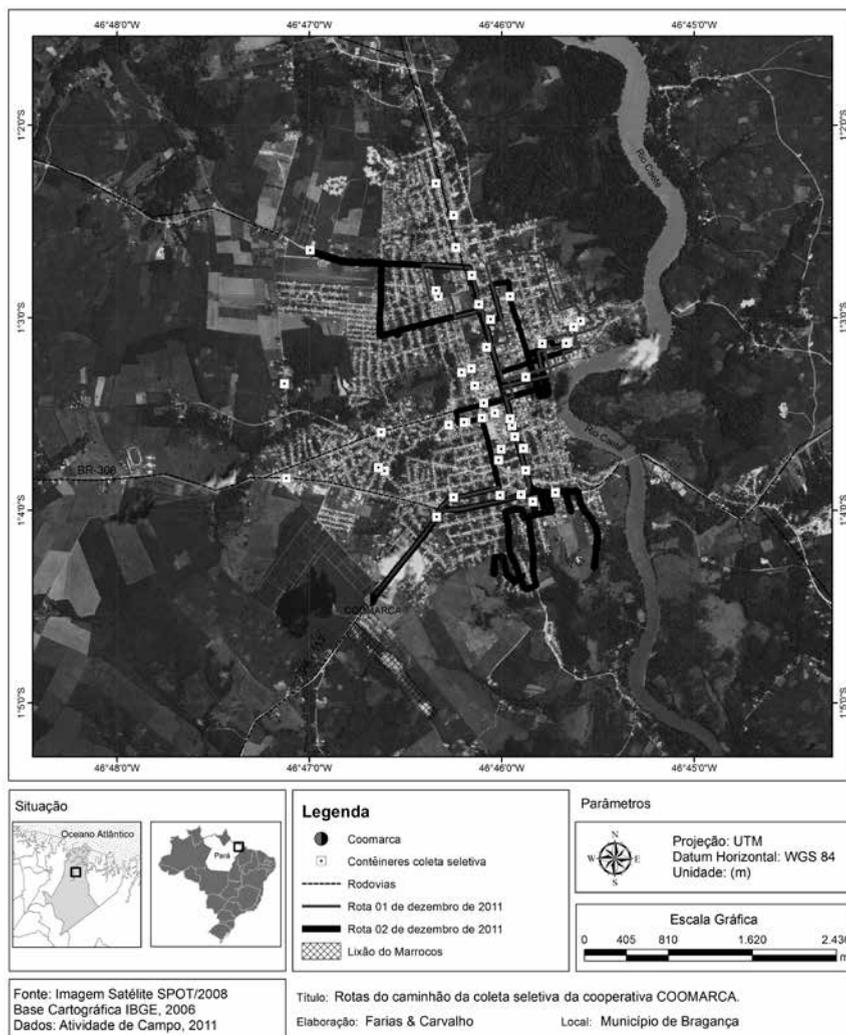
Para constatar a abrangência da coleta seletiva, mapeou-se a localização dos contêineres e dois roteiros realizados com o caminhão coletor da cooperativa. A intenção não foi auferir a quantidade coletada, e sim os bairros percorridos, com objetivo de verificar se o serviço de coleta seletiva limitava-se a uma área específica da cidade ou não.

Houve o acompanhamento durante dois dias dos roteiros realizados pela cooperativa com o caminhão. No primeiro dia, realizado em 1 de dezembro de 2011, no horário das 14h00min às 18h30min, foram percorridos 26 km, em quatro horas e meia, com média de 5,77 Km/hora. O segundo, no dia 2 de dezembro de 2011, das 13h30min às 18h30min, percorrida a distância de 31 km em cinco horas, perfazendo uma média de velocidade igual a 6,2 Km/h.

O roteiro percorrido com o caminhão da coleta seletiva é sistematizado na Figura 7, onde se apresenta também os pontos de localização dos PEV e a rota realizada. Os dois sistemas de coleta seletiva (porta a porta e PEV) aparecem de forma integrada, na qual o trajeto é fortemente influenciado pela localização dos PEV. O caminhão da coleta recolhe tanto o material depositado nos PEV, quanto os separados e deixados pelos munícipes nas portas de residências, comércios etc.

Através do mapeamento da rota, constata-se a extensão da coleta seletiva, onde o serviço abrange a maior parte dos logradouros do município. A rota do primeiro dia priorizou mais o centro da cidade e a do segundo, a que percorreu as periferias, as duas rotas somam um percurso de 57 km. A pesquisa de campo revela que a abrangência do serviço supera a média nacional apontada pela pesquisa realizada pelo Cempre, a qual informa que na maioria das cidades brasileiras o serviço é ofertado em apenas 10% de seus territórios. No caso de Bragança é possível constatar que o caminhão coletor circula por aproximadamente 80% de seu território urbano.

Figura 7 – Localização dos contêineres e rotas da coleta seletiva em Bragança



A experiência de territorialização da Coomarca através da coleta seletiva na cidade de Bragança evidencia que dois processos simultâneos, ocorridos na primeira década do século XXI, na esfera nacional, geraram resultados positivos na realidade local, quais sejam: a organização dos catadores, enquanto movimento social e a consolidação de um arcabouço jurídico-institucional em prol dessa categoria. O primeiro caracteriza-se como um instrumento de pres-

são política sobre o poder público e empoderou a categoria sobre os seus direitos. O segundo contribuiu com um marco regulatório no qual se define direitos e deveres que regularizam a gestão dos resíduos sólidos e a participação dos catadores neste processo.

A experiência da Cooperativa de Bragança permite concluir que a coleta seletiva com inclusão dos catadores é de fato uma opção, uma alternativa de trabalho, de geração de renda fora dos lixões para essa categoria. Esta e outras experiências devem conduzir as políticas públicas das diversas esferas governamentais, principalmente, se considerarmos que a meta do governo brasileiro para 2014 é extinguir todos os lixões.

## CONCLUSÕES

Analisando os resultados da pesquisa, percebe-se que o cenário do trabalho dos catadores está em processo de mudança, de troca de territórios. As mudanças analisadas decorrem de fatores internos e externos aos catadores, os primeiros dizem respeito à sua organização enquanto categoria, enquanto movimento social. Os segundos são derivados da adoção de expressiva legislação federal, a qual pretendeu incluir os catadores e suas cooperativas nos planos de gestão dos resíduos sólidos municipais.

Do ponto de vista da territorialização dos catadores nas cidades podemos concluir que a coleta seletiva cumpre esse papel. Os catadores organizados na Coomarca não residem e não trabalham mais no lixão, efetivamente trocaram de territórios e estão inseridos na cidade. Alguns deles residem em casas construídas especificamente para eles, são residências com sala, cozinha, banheiro, dois quartos e dotadas de energia elétrica e abastecimento de água. As casas foram erguidas no mesmo terreno da cooperativa, numa disposição que lembra as vilas operárias do início do século XX.

Outro elemento que permite interpretar a inserção dos catadores na cidade é o convênio, assinado em 2011, entre a Cooperativa e a Prefeitura, o documento apesar de muitas limitações (a principal é não remunerar a cooperativa pela execução do serviço) e omissões (a principal é não ter uma cláusula assegurando sua renovação para os anos seguintes) é uma evidência de que os catadores passam a ser percebidos como atores principais na execução da coleta seletiva, são reconhecidos como profissionais pelo poder público.

A utilização dos PEV também pode ser um indício de inserção dos catadores no território da cidade. Os 50 PEV foram doados por diversos empresários e comerciantes da cidade, isto revela que os catadores além de reconhecidos,

também conseguem estabelecer relações e articulações para a conquista de infraestrutura para desenvolverem seu trabalho.

Entretanto, persiste um problema que os catadores enfrentam, tanto os que ainda vivem nos lixões, quanto os que foram inseridos nas cidades: a renda obtida pelos catadores ainda é baixa, não atinge um salário mínimo.

Os catadores organizados na cooperativa obtêm renda menor que os que continuam no lixão da cidade, tal realidade é parcialmente explicada em razão de que a cooperativa possui um custo em seu processo produtivo, o qual é rateado entre os sócios. Essa situação da renda baixa não se restringe ao município de Bragança, é nacional conforme demonstrado pelo Ipea (2012).

Para equacionar a questão da renda e elevar os ganhos dos catadores é fundamental que os municípios aprovelem leis específicas regulamentando a coleta seletiva e o trabalho das cooperativas; desta forma, os catadores passariam a exercer o papel de agentes da limpeza pública local, recebendo remuneração pela prestação do serviço da coleta seletiva, assim sua renda deixaria de ser obtida apenas pela comercialização dos materiais coletados. Realidade já existente em outros municípios do Brasil como apresentado anteriormente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Edane. Catadores de materiais recicláveis: da rejeição à inclusão social, *in: XXVIII Congresso Internacional da ALAS*, 6 a 11 de Setembro de 2011, Ufpe, Recife-PE, 2011, p. 1-21.
- BAUMAN, Zygmund. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BRASIL. Decreto n. 5.940 de 25 de outubro de 2006.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 7.404 de 23 de dezembro de 2010.
- \_\_\_\_\_. *Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem*. Ministério das Cidades, 2008.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010.
- CALDERONI S. Reciclagem no mundo e no Brasil, *in: GONÇALVES, P. A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE II (2010). *Projeto Cataforte* “Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis: Formação para autogestão e assistência técnica”.

- Relatórios Assistência Técnica. Cáritas Brasileira Norte II – Ministério do Trabalho, Emprego e Renda/Secretaria de Economia Solidária – Fundação Banco do Brasil – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- CEMPRE. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. Cempreciclossoft2010. Pesquisa Ciclossoft 2010. Disponível em: <[http://cempre.tecnologia.ws/ciclossoft\\_2010.php](http://cempre.tecnologia.ws/ciclossoft_2010.php)>. Acesso: 23 out. de 2012.
- DIAS, S. M., OLIVEIRA F. G. Catadores en las políticas públicas. El rol de los Foros *Residuos y Ciudadanía en Brasil*, in: SUAREZ, F.; SCHAMBER P., *Recicloscopio II – III*, San Miguel: UNGS, 2010 (mimeo).
- EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo e Vanitas*: considerações de um observador de resíduos. Niterói: Eduff, 2003.
- FIBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- FIORI, A. P.; TABALIPA, N. L. Caracterização e classificação dos resíduos sólidos urbanos do município de Pato Branco – PR. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 4. Curitiba, 2006.
- GRIMBERG, E. *Coleta seletiva com inclusão social*: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiências e Desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 49, 2007, 148 p.
- HAERBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Comunicados do Ipea, n. 145. *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*: diagnóstico dos resíduos urbanos, agro-silvopastoris e a questão dos catadores. Ipea, 2012.
- LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura*: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARTINS, Roberto Araújo. *Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais*: uma análise das mudanças do aterro sanitário do Aurá em Belém - 1997/2006 (Dissertação de Mestrado). Belém: Naea/Ufpa, 2007.
- PEREIRA, G. M. *Diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos urbanos do município de Aparecida*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade de Taubaté-SP, 2008.
- RIBEIRO, H. et al. *Coleta seletiva com inclusão social*: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Ed. Annablume, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 4ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 2000.

